

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Gasolina e diesel têm alta nas refinarias	2
Título: Petróleo tem queda pelo 2º dia.....	3
Título: Trump ordena novas sanções ao Irã, mas mantém cautela militar.....	3
Título: Sair do Oriente Médio é desejo impossível para os EUA.....	6
Título: Modernização do setor elétrico e bandeira vermelha	8
Título: Sauditas tentam mostrar que Aramco ainda é boa aposta	11
Título: Usiminas investe R\$ 200 milhões em alto-forno	14
Título: Grupo Una aplica R\$ 300 milhões em projeto integrado	15
Título: BR escolhe novo conselho com viés profissional.....	16
Título: Grupo Moreno pede recuperação judicial.....	18
Título: Petrobras consegue cancelar no Carf cobranças que somam R\$ 37,3 bilhões	20
Título: Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência.....	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	24
Título: Petrobrás aumenta gasolina e diesel.....	24
Título: Doze petroleiras buscam dados do leilão da ANP	25
Título: Causa da morte de delator é ‘indeterminada’	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Gasolina e diesel aumentam após ataques	26
Título: Estatal estuda abrir negociação individual com trabalhadores.....	27
Título: O sol é para todos	29
Título: Ex-executivo da Odebrecht que delatou Aécio e Lobão é encontrado morto	30
VEÍCULO: O Globo.....	31

Título: Petrobras reajusta combustíveis dois dias depois da disparada global do petróleo...	31
Título: Novos acionistas renovam conselho da BR após privatização	33
Título: Guedes: a entrega e a autonomia.....	34
Título: Cartão Caminhoneiro atrai mil motoristas em 3 meses	36
Título: União calcula gasto de R\$ 855 bi caso novo Fundeb seja aprovado	37

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Data:	19/09/2019
--------------	-------------------

Seção:	Brasil
---------------	---------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Gasolina e diesel têm alta nas refinarias
----------------	--

Foi o primeiro aumento da gasolina desde 5 de setembro

A Petrobras confirmou ontem que elevará os preços da gasolina e do diesel em suas refinarias. A elevação será de 3,5% na gasolina e de 4,2% no diesel. De acordo com o jornal “O Globo”, a informação de que a estatal aumentaria os preços partiu da corretora FC Stone.

A assessoria da Petrobras confirmou ao **Valor** que haverá aumento de preços dos combustíveis. É o primeiro reajuste de preços da gasolina desde 5 de setembro. O diesel havia sido reajustado pela última vez no dia 13.

Os reajustes ocorrem depois que instalações de refino e tratamento de petróleo da Arábia Saudita foram atacadas no fim de semana por drones, provocando corte imediato na oferta global.

Na segunda-feira, quando o petróleo subiu mais de 14% nos mercados internacionais, a Petrobras frisou que não elevaria os preços internos num primeiro momento, de forma a não repassar a volatilidade internacional para os preços, pois poderia haver uma acomodação das cotações nos dias subsequentes. O presidente Jair Bolsonaro havia dito em entrevista na TV Record, divulgada na noite de segunda-feira, que não haveria repasse.

Na terça e quarta, os preços do petróleo devolveram parte da alta registrada na segunda-feira. Ontem, por exemplo, o barril do tipo Brent para novembro recuou 1,47%, para US\$ 63,60.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Petróleo tem queda pelo 2º dia

O preço do petróleo caiu pelo segundo dia seguido, depois de garantias da Arábia Saudita de que o ataque de sábado contra instalações petrolíferas não afetará os embarques e de que a produção será restaurada em breve.

O preço do barril tipo Brent caiu 1,5% ontem para US\$ 63,60, enquanto o do tipo WTI fechou em queda de 2,1% a US\$ 58,11.

O governo saudita garantiu aos clientes que as exportações continuarão fluindo normalmente e que o setor se recuperará rapidamente do ataque. A capacidade total de produção de 12 milhões de barris/ dia estará restaurada no fim de novembro, sendo cerca de 11 milhões até o fim do mês.

“Mas, considerando a capacidade ociosa fora da Arábia Saudita e os riscos de mais ataques à infraestrutura energética saudita, é provável que um prêmio de risco permaneça nos preços”, disse Giovanni Staunovo, do UBS Group AG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Ian Talley e Viviamn Salama — Dow Jones Newswires, de Washington

Título: Trump ordena novas sanções ao Irã, mas mantém cautela militar

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem ter ordenado que o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, eleve significativamente as sanções impostas ao Irã. Essa é a primeira reação pública americana ao ataque à infraestrutura petrolífera na Arábia Saudita.

Os EUA não disseram que medidas adotarão, mas poderão adotar sanções adicionais para barrar as fontes de receita que ainda restam ao Irã, ampliando a campanha de “pressão máxima” que já devastou a economia iraniana ao colocar na lista negra os setores econômicos mais importantes do país.

Trump disse que estuda várias outras opções para reagir ao ataque e que detalhes sobre as sanções seriam divulgados até amanhã.

O anúncio de novas sanções pode indicar que o governo americano optou por manter sua estratégia original de mover uma guerra econômica contra o Irã, abstendo-se de realizar um ataque militar convencional, dizem analistas.

Embora Trump não tenha vinculado diretamente o Irã ao ataque de sábado à Arábia Saudita, ele disse que “certamente parece” que o Irã foi responsável pelo ataque, que desativou 50% da capacidade de processamento de petróleo da Arábia Saudita por vários dias.

Autoridades americanas disseram que estão esperando os resultados de uma apuração saudita antes de definir um plano de ação.

O Ministério de Defesa saudita exibiu ontem destroços de drones e mísseis iranianos que teriam sido usados no ataque. E disse que eles foram lançados de algum lugar ao norte da Arábia Saudita, e não ao sul, onde fica o Iêmen. Mas os sauditas não responsabilizaram diretamente o Irã, que nega a autoria.

Ex-autoridades americanas de espionagem e segurança dizem que o atentado é uma grave escalada numa longa série de ataques orquestrados pelo Irã, parte de uma estratégia provavelmente destinada a forçar o presidente Trump a relaxar as sanções ao país. Outros especialistas dizem que a ala linha-dura iraniana pode ter agido à revelia do governo, para forçá-lo a tirar o país do acordo nuclear de 2015 e a retomar o seu programa de armas nucleares.

O pedido de Trump de uma intensificação das sanções segue-se a suas recentes declarações de que estudaria a proposta da França de fornecer ao Irã uma linha de crédito de US\$ 15 bilhões - um esforço de Paris para manter o Irã no pacto nuclear - e que ele poderia se reunir com o presidente do Irã, Hassan Rouhani, na Assembleia Geral da ONU, na semana que vem.

Os EUA já impuseram sanções aos setores petrolífero, metalúrgico e automobilístico do Irã, e praticamente cortaram o acesso do país ao sistema financeiro mundial. Mas, ao colocar na lista negra as entidades iranianas de fora do país que estão desafiando as sanções americanas e ao voltar as baterias para personalidades destacadas do regime ou próximas a ele, os EUA poderão solapar a base política interna e externa de Teerã e romper os laços comerciais mundiais que ainda restam ao país.

Estão entre as opções do Departamento do Tesouro para aumentar a pressão expor as redes secretas iranianas que têm desviado de 100 mil a 200 mil barris/dia de petróleo que o país está vendendo no mercado negro, bem como a identidade dos que estão comprando e transportando esse petróleo.

Autoridades e analistas americanos dizem que a China e a Síria são os principais destinos desse petróleo, o que torna as empresas e as pessoas envolvidas possíveis alvos de novas sanções americanas.

Os EUA poderão ainda desestabilizar as exportações do Irã de produtos petroquímicos ao identificar compradores, empresas de fachada usadas para providenciar as vendas, e colocar na lista negra navios, bancos, seguradoras e seus funcionários. Podem ainda adotar sanções ao setor de construção civil do Irã, que ainda mantém a economia em funcionamento.

Os EUA poderiam, além disso, impor sanções a um maior número de “boyads” do Irã, os fundos paraestatais que canalizam receita para as empresas - em grande medida nos setores não ligados ao petróleo - e que respaldam o regime, disse Behnam Ben Taleblu, professor da Foundation for Defense of Democracies, um instituto de análise e pesquisa que defende sanções mais duras ao Irã.

Os EUA tentam, também, usar o ataque às instalações sauditas para convencer os aliados europeus e outras potências a aderir à sua campanha de sanções. Muitos governos, inclusive europeus, se opuseram à política dos EUA, movidos pelo receio de que ela poderia levar o Irã a abandonar completamente o acordo nuclear. Teerã já tomou as primeiras medidas nessa direção. Autoridades europeias disseram aguardar evidências que confirmem o envolvimento do Irã.

Os EUA, em grande medida, evitaram o emprego direto da força militar em seu conflito com o Irã. Mas ex-autoridades de espionagem e de segurança e especialistas em Irã dizem que os EUA terão de revidar com recursos mais potentes do que apenas sanções, para impedir o Irã de realizar mais ataques à economia mundial de escala e poder de ameaça semelhantes.

“A consolidação da dissuasão exigirá medidas da comunidade internacional para mostrar à liderança iraniana que sua ação no fim de semana tem graves consequências”, disse Norman Roule, ex-funcionário da Agência Central de Inteligência (CIA) americana.

Algumas ex-autoridades de segurança dizem que os EUA poderão também optar por operações secretas numa linha intermediária entre sanções e ataques convencionais, como um ciberataque ao setor petrolífero do Irã. O fechamento de uma ou várias das maiores refinarias do Irã poderia não apenas ser visto como uma resposta equivalente aos ataques, como também afetaria uma fonte vital de receita para o regime do Irã.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/09/2019****Seção: Internacional****Autor: Janan Ganesh — Financial Times****Título: Sair do Oriente Médio é desejo impossível para os EUA**

Fosse outra pessoa, poderíamos chamar de poesia. O presidente dos EUA, Donald Trump, resume o que milhões pensam em frases que mais parecem versos do que prosa, em sua exiguidade. “Areia e morte” foi a sua sacada sobre a Síria neste ano e, com isso, ele trouxe para casa alguns milhares de soldados.

Todos os presidentes desde o fim da Guerra Fria foram eleitos com base numa visão “areia e morte” do Oriente Médio. E cada um deles fracassou em tirar os EUA da região. Bill Clinton achava as aventuras externas um luxo, quando a frente interna precisava de atenção. Seis anos depois, ele estava bombardeando o Iraque.

George W. Bush pediu uma América mais “humilde” no âmbito externo. Ele acabou ordenando as duas mais longas guerras da história americana. Barack Obama tentou desfazer esses dois fiascos. Mas presidiu dois novos vexames, na Líbia e na Síria.

Com o Golfo Pérsico novamente tenso, Trump está liderando os EUA na quarta repetição desse ciclo em uma geração. Toda vez, crescem as esperanças de uma vida mais tranquila. E, toda vez, essas esperanças não se realizam. Confiar no governo é só sofrimento.

Eu costumava achar que o problema era a incapacidade de honrar essas promessas de retirada. Na verdade, as promessas é que são o problema. Os EUA acumularam interesses externos ao longo do século 20 dos quais não podem se desfazer rapidamente, não sem um custo terrível, principalmente numa região tão espinhosa como essa. Uma classe política responsável não fingiria o contrário a cada quatro anos. Ela envolveria os eleitores num processo de retirada que seria o trabalho de uma vida.

No mês passado, o inspetor-geral do Pentágono alertou para o ressurgimento do Estado Islâmico na Síria, mencionando delicadamente a retirada de tropas por Trump como possível causa. Foi difícil não pensar na retirada do Iraque ordenada por Obama, em 2011. Três anos depois dessa “partida”, os EUA estavam de volta combatendo o Estado Islâmico, embora principalmente do ar.

Esses talvez sejam os dois presidentes menos parecidos de todos os 45 da história americana. Mesmo assim, os dois renderam-se a uma ideologia que podemos chamar de “bring-them-homeism” [traga-os para casa]. E nenhum deles foi, ou tem sido, capaz de agir decisivamente sobre isso. A falha deve estar na ideia, e não na bondade da palavra do Executivo.

O declínio relativo de um país não produz uma redução automática e proporcional de sua deveres. Seus fardos externos podem ser um indicador atrasado de sua perda de poder. O Reino Unido foi desalojado do posto de maior economia do mundo ainda no século 19, mas seu império só foi atingir seu maior tamanho na década de 1920. E o país ainda combatia na Malásia no fim da década de 1960.

Parte disso se deveu ao orgulho britânico, mas parte se deveu à absoluta dificuldade de retirada sem incorrer no caos ou na desonra. E era um país que tinha como substituto um aliado, os EUA. No Oriente Médio, os EUA estariam abrindo caminho para a Rússia ou o Irã, ou nenhuma potência alternativa.

Os problemas com a retirada não terminam aí. O território americano também continuará enfrentando ameaças terroristas planejadas ou inspiradas pelo Oriente Médio. Mesmo que consiga atender a todas as suas necessidades de energia, os EUA nunca ficarão tranquilos com a possibilidade de os recursos e os mares da região caírem sob controle de outra potência. Sem falar na pressão dos aliados locais, que querem a permanência dos EUA, mas apenas nos seus próprios termos.

No próximo ano, Trump e vários democratas terão um incentivo eleitoral para fingir que nada disso é verdade. Eles prometerão se concentrar mais no Meio-Oeste americano do que no Oriente Médio, o que rendeu votos em 1992, 2000, 2008 e 2016. A decisão recente do presidente de demitir John Bolton, seu assessor de segurança nacional linha-dura, abriu caminho para esse discurso tranquilizante na campanha eleitoral. Não há custos - exceto confiar na política, quando os EUA estiverem imersos numa crise na região dentro de alguns anos.

O ciclo das esperanças criadas e desfeitas somente pode ser quebrado com extrema franqueza. A retirada do Oriente Médio, conforme deveria dizer um candidato a presidente, será um trabalho irregular e com frequência humilhante, se vier a ser concluído. Durante esse processo, os EUA estarão sempre envolvidos o suficiente para sustentar os custos, mas não tão envolvidos a ponto de fazer uma diferença decisiva na região.

Esta situação do tipo “dentro-fora” é a pior das opções, exceto todas as outras. Um império pode ser adquirido num espasmo de distração, como disse J.R. Seeley sobre o Reino Unido, mas ele não pode capitular do mesmo jeito. Nada vai dignificar tanto um pretendente à Casa Branca do que a franqueza de dizer isso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Modernização do setor elétrico e bandeira vermelha

Li a história há algum tempo, em livro do qual não recordo o autor ou o título. O caso tem como cenário a antiga União Soviética, onde prevalecia o planejamento central. Dizia o autor que, a uma certa altura, os criadores de toupeiras, animalzinho utilizado para a confecção de um nobre casaco de pele, reivindicavam o aumento do preço dos seus produtos. O valor então praticado desestimulava a criação dos bichos, deixando a demanda sub atendida.

Depois de um largo tempo a pensar no problema, o planejador central decidiu triplicar o preço da pele de toupeiras, deixando felizes os criadores. Porém, passado outro tempo, esses criadores retornaram ao planejador, agora para reclamar do excesso de produção que, por não ter demanda suficiente, levou ao apodrecimento das peles.

Só a bandeira vermelha retirou cerca de R\$ 300 milhões do bolso dos consumidores, apenas em agosto e setembro

Como o preço era tabelado, os criadores de toupeiras não podiam reduzi-lo para desovar o estoque, o que resultou em uma superoferta. A fila de pedidos ao planejador era extensa, o que lhe fez utilizar mais uns 5 anos a filosofar sobre sua toupeirice (característica de decisões excessivamente centralizadas).

Lembrei dessa história para ilustrar o que acontece atualmente no setor elétrico, que acaba de iniciar mais uma de suas reformas. A primeira foi em 1995, quando foi criada a figura do consumidor livre, e a penúltima em 2016, que ficou conhecida como Consulta Pública (CP) 33, que sequer foi concluída ou chegou a algum lugar. Está em curso mais uma reforma, a 8ª, chamada de Modernização do Setor Elétrico, que, apesar do nome, utiliza as mesmas ótimas ideias da CP 33, sendo, no geral, mais precisa quanto à maioria dos conceitos, mas menos abrangente em termos do seu conteúdo estratégico.

Das oito reformas praticadas, uma a cada três anos, apenas a primeira pode ser assim caracterizada. Era transformadora e acompanhava o estado-da-arte em design de sistemas elétricos. As demais não passavam de remendos, alguns de muito mau gosto, ou até retrocessos, como a Medida Provisória 579/2012, que voltou a calcular os preços da energia de forma centralizada, com base nos custos históricos, e repassou os riscos hidrológicos para os consumidores regulados, que não possuem meios para deles se protegerem. Um desastre.

No último Encontro Nacional do Agentes do Setor Elétrico (ENASE), realizado nos dias 28 e 29 de agosto, a Modernização foi esmiuçada. Era quase unânime sua necessidade, mas ninguém, nem alguns representantes do governo, abria mão de suas posições pré-estabelecidas, mesmo que espúrias. É corretíssima a estratégia do governo de liberar os consumidores para o ambiente livre, mas as resistências são espetaculares, várias delas com argumentos repletos de sofismas e até bisonhos, quase no “estilo Dilma Rousseff”, incompreensíveis.

Um dos representantes dos geradores ressaltou que nos últimos 15 anos a expansão da capacidade de geração foi maior do que a de todo o período anterior, o que é verdade. Mas nada disse sobre a brutal sobra de garantia física para os próximos oito anos, muito menos sobre a incompatibilidade dessa oferta, que requer investimentos vultuosos para garantir o suprimento. Também nada disse sobre a má alocação dos riscos, sem qualquer constrangimento com o fato de os consumidores pagarem (muito) pela sobra e pelo déficit.

Outro, que falava contra a formação da oferta por meio de leilões diários, tinha como bengala uma característica do setor elétrico, de ter quase toda carga atendida por intermédio de contratos. Para ele, a oferta de preços não funcionaria ou levaria a preços especulativos. Errado. Se um produtor, mesmo em oligopólio, vende 95% de seu produto por contratos, não terá interesse em elevar o preço no mercado de curto prazo, tema que rendeu o Nobel da Economia de 1988 para o físico e economista francês Maurice Allais. No caso concreto, se a usina não for acionada para compor a oferta, gastará muito mais dinheiro para comprar a energia que não gerou, com efeitos financeiros devastadores.

Um dos representantes do operador do sistema era dos mais enfáticos contra a maior precisão dos cálculos, que seria obtida com preços horários. Com sólidos conhecimentos do sistema e de seus escaninhos, e nas melhores das intenções, procurou mostrar que o que interessa mesmo são os atributos técnicos, e que se dane a racionalidade econômica. São argumentos semelhantes aos utilizados para definir a política de operação desde 2007, que levaram ao esvaziamento dos reservatórios a partir de 2014. É uma estratégia que costumo chamar de

“segurança a qualquer custo”, que tem subjacente um não desprezível viés político, que se beneficia das decisões centralizadas.

Nesse clima, nem o operador do mercado, único a colocar “o dedo na ferida”, defendeu mais mercado livre, preferindo soluções que apenas remediam os graves problemas que ele mesmo apontara. Sugeriu proibir o que já é proibido, como se permitir a um agente mudar sua aposta depois de o jogo ser finalizado fosse uma coisa natural.

A Modernização em curso, apesar de ir na direção de mais mercado livre, é, no mínimo, contraditória. Há um direcionamento para a realização de leilões centralizados, como se estes fossem o principal objetivo da reforma. Em outras palavras, a ênfase continua na figura do planejador central, que pode tudo, inclusive dizer quais são as usinas que ele quer e onde as quer.

Mas tudo isso tem enormes efeitos para quem não estava representado no ENASE, os consumidores regulados, como bem frisou um dos debatedores. Em 29 de agosto, também o segundo dia do ENASE, o operador do sistema estava a elaborar o programa de operação para setembro. Um dos dados de entrada mais relevantes é o consumo. O consumo verificado em agosto foi de 63,7 GW médios, 5,2 % menor que no mês anterior. Ainda assim, para o mês de setembro o consumo foi fixado em 66,7 GW médios, que é 4,2% maior que em agosto.

Isto não é razoável. Para que tal previsão se torne realidade, o PIB precisa crescer mais de 8%, apenas em setembro, e a temperatura média deve ser 10° C maior do que em agosto, uma ficção. Mas uma ficção que tem efeitos bem quantificáveis, como o acionamento da bandeira vermelha e um maior preço no mercado de curto prazo, ambos nocivos aos consumidores. Só a bandeira vermelha retirou cerca de R\$ 300 milhões do bolso dos consumidores, apenas em agosto e setembro, tudo isso porque a decisão do Planejador, a quem compete dizer qual o consumo do mês, não pode ser modificada, nem que seja evidente sua inadequação. Não lembra o caso das toupeiras?

A Modernização, apesar das ótimas diretrizes, nada muda na excessiva centralização, muito pelo contrário. Temo que acabe por resultar em poucos aprimoramentos, do tipo fazer a mesma coisa, só que de forma diferente. Isso certamente contentará à maioria, mas não resolverá os graves problemas, eternizando-os.

Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel, é vice-presidente da Electra Energy

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Simeon Kerr, Anjli Raval, Arash Massoudi, Chris Flood e Andrew England — Financial Times, de Dubai, Londres e Jeddah****Título: Sauditas tentam mostrar que Aramco ainda é boa aposta**

Quando as autoridades sauditas apresentaram os planos para restaurar sua plena capacidade de produção de petróleo depois dos ataques que incendiaram duas grandes instalações petrolíferas no sábado, elas também estavam encarregadas de convencer o mundo de que vale a pena investir na estatal Saudi Aramco.

O ministro da Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman, disse a repórteres que a Saudi Aramco “saiu como uma fênix das cinzas”, enquanto o executivo-chefe Amin Nasser ressaltou que sua rápida recuperação mostrava que se tratava da “companhia mais confiável no mundo”.

Yasir Rumayyan, novo presidente da gigante saudita, diz que plano de abertura de capital “vai continuar como está”

A mensagem estava direcionada a possíveis investidores na tão aguardada oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Saudi Aramco, que o governo federal em Riad pretende levar adiante mesmo depois do maior ataque à infraestrutura do país.

Apesar das previsões otimistas sobre a retomada da produção, o incidente deixou evidente a vulnerabilidade da maior empresa exportadora do mundo e colocou em dúvida tanto a reputação do país como produtor confiável quanto a capacidade para proteger seus valiosos ativos.

Riad tem plena consciência disso. As autoridades temem um menor interesse dos investidores e o consequente impacto na meta de valor que o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman quer para a petrolífera, de US\$ 2 trilhões, segundo um assessor próximo à Saudi Aramco. “O governo preferiria adiar do que aceitar um grande impacto no valor”, disse.

Alguns dos nove bancos, incluindo nomes de Wall Street, selecionados como coordenadores internacionais da abertura de capital da Saudi Aramco estimaram um valor de pelo menos US\$ 2 trilhões para a empresa, acima do US\$ 1 trilhão a US\$ 1,5 trilhão que analistas independentes presumiam como sendo um valor justo.

“O risco empresarial específico da petroleira Aramco supera o efeito da alta nos preços do petróleo [que subiram depois do ataque] no valor dela”, disse Jonathan Waghron, co-gestor do fundo Guinness Global Energy, de 168 milhões de libras esterlinas (US\$ 209 milhões).

O risco geopolítico associado a um investimento na Saudi Aramco está aumentando e as autoridades temem que as ramificações de possíveis retaliações da Arábia Saudita ou dos Estados Unidos possam precipitar um conflito mais amplo na região.

Steffen Hertog, especialista em Golfo Pérsico da London School of Economics, disse que o risco geopolítico associado à Arábia Saudita raramente esteve plenamente refletido no preço dos ativos locais. “A vulnerabilidade sempre esteve lá, mas ninguém nunca levou muito a sério. Mas agora estão.”

Outros disseram que o país quer continuar com a abertura de capital a qualquer custo. O novo presidente do conselho de administração da gigante do petróleo, Yasir Rumayyan, foi taxativo ao dizer que o plano da oferta pública “vai continuar como está”. Acrescentou também que a operação pode ser realizada “em qualquer momento dos próximos 12 meses”, dependendo das condições do mercado.

Autoridades sauditas esperavam uma oferta pública doméstica já a partir do fim de 2019, seguida de uma oferta internacional. Esse cronograma já era considerado otimista, já que se vê como data mais provável o início de 2020. Agora, a empresa está com o foco voltado principalmente para o lançamento de ações em Riad.

Executivos de banco de investimento e outros assessores foram instruídos a seguir adiante com os planos da abertura de capital, incluindo as teleconferências diárias e outras reuniões com representantes da empresa. “Há muito que ainda pode acontecer, mas ainda estamos indo com força total à frente”, disse um executivo de banco de investimento que trabalha no processo.

A abertura de capital está no cerne dos ambiciosos planos encabeçados pelo príncipe herdeiro Mohammed para diversificar a economia do país. Sua ideia é usar os recursos levantados com a oferta pública para investir fora do setor petrolífero e para reforçar os cofres do governo em um momento de altos investimentos em megaprojetos.

O governo vem encorajando as famílias mais ricas do país a fazer grandes investimentos na abertura de capital, segundo assessores. Espera que o apoio delas - ainda mais importante depois dos ataques - encoraje os investidores

sauditas de varejo a comprar papéis e garanta uma demanda bastante superior à parcela de ações sendo ofertada.

Outras instituições internacionais também prometeram comprar ações, segundo um dos assessores, canalizando seus investimentos por meio de firmas financeiras internacionais que operam na Bolsa de Valores de Saudita, conhecida como Tanawul.

O príncipe Mohammed tentou acelerar os planos da oferta pública nas últimas semanas, dando mais influência no processo ao Fundo de Investimentos Públicos (PIF, na sigla em inglês), o fundo soberano do país, e indicando seu meio irmão como ministro da Energia.

Pessoas que trabalham na operação disseram que não houve desaceleração nos preparativos desde o encontro inicial da Saudi Aramco com advogados, assessores e executivos de bancos na semana passada, no salão de baile hotel Ritz-Carlton, no centro financeiro de Dubai.

Os executivos de banco receberam um cronograma para o lançamento das ações na Tadawul. Na próxima semana, executivos da Saudi Aramco vão fazer uma apresentação sobre a abertura de capital em sua sede em Dhahran a analistas ligados a nove bancos que foram indicados como coordenadores internacionais conjuntos, segundo várias fontes.

Em seguida, esses analistas vão escrever relatórios que vão ser usados para propagandear a ação para clientes institucionais, o que deve acontecer em outubro. As viagens para promover a oferta de ações em encontros com possíveis investidores estão planejadas para novembro, com as discussões de preço acontecendo mais para o fim do mês, seguidas da elaboração do livro de ofertas e sua conclusão no início de dezembro.

Cada banco foi encarregado com principal responsável de algum trabalho diferente - desde a avaliação à distribuição. Enquanto o Moelis e o Lazard gerenciam o projeto de abertura de capital pelo lado da Saudi Aramco, Michael Klein - que era do Citigroup - ajuda a assessorar o PIF e a orientar os bancos.

Apesar de toda essa atividade planejada, alguns se mostram mais cautelosos. “Tudo isso poderia acabar sendo um tanto acadêmico neste momento”, disse um assessor. “Apenas precisamos ver como isso vai tornar-se possível.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Usiminas investe R\$ 200 milhões em alto-forno**

Companhia reforma alto-forno 2 e prepara a usina para a grande parada que ocorrerá em 2021

A siderúrgica Usiminas definiu um investimento de R\$ 219 milhões a serem gastos neste ano e em 2020 nas obras de manutenção do alto-forno 2 e melhoria operacional da usina de Ipatinga, em Minas Gerais.

Segundo o governo do Estado de Minas Gerais, os recursos serão usados na aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis para a reconstrução do sistema de tubulação e coifa, rebalanceamento do sistema de despoeiramento das áreas de corrida do equipamento. O governo e o comando da siderúrgica se reuniram ontem para assinar um protocolo de intenções.

A reforma do alto-forno 2 vai gerar 330 empregos na obra e deve estender em 20 anos a sua vida útil. O último reparo desse equipamento foi realizado em 1999.

“Com isso, a Usiminas conseguirá aumentar a sua capacidade produtiva já em 2020. O governo acertou o diferimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para peças importadas sem similar nacional. Esse foi mais um passo para o grande investimento da siderúrgica nos próximos anos, que é a reforma do alto-forno 3”, afirmou Thiago Toscano, presidente do Indi, agência de promoção de investimento do Estado de Minas Gerais.

No ano passado, a Usiminas já havia investido outros R\$ 80 milhões na reforma do alto-forno 1. Na época, a usina de Ipatinga operou a plena carga. Os dois equipamentos, o 1 e o 2, juntos produzem 4 mil toneladas de ferro-gusa diariamente.

Os investimentos em manutenção na usina de Ipatinga preparam a Usiminas para a parada do alto-forno 3, o seu maior equipamento, e que deve ocorrer em 2021. Sozinho, este equipamento é responsável pela produção de 7 mil toneladas de ferro-gusa por dia. Quase o dobro dos outros dois equipamentos.

A siderúrgica já havia informado que a reforma levaria em torno de 100 dias. O investimento total é previsto em R\$ 1,234 bilhão. O alto-forno 3 já está em operação há 20 anos e com a reforma a sua vida útil irá ser estendida por mais 20 anos, segundo a companhia siderúrgica.

“A companhia não quis negociar as condições para o diferimento de imposto para produtos importados para as duas reformas. Para o alto-forno 3, devemos negociar no próximo ano. Isso mostra a confiança na retomada do mercado nos próximos anos”, acrescentou Toscano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Grupo Una aplica R\$ 300 milhões em projeto integrado

Grupo mineiro prevê produzir 36 mil toneladas de gusa por mês que serão exportadas para a Nucor, dos EUA

O grupo Una, de Minas Gerais, comprou a operação de ferro gusa da Insivi (Indústria Siderúrgicas Viana) de Sete Lagoas, para iniciar uma operação integrada de gusa. Segundo o presidente do Una, Felipe Rocha, o plano é integrar a produção de minério de ferro da Mina de Posse, em Caeté, com os quatro alto-fornos da usina. A empresa vai investir R\$ 300 milhões nesse projeto integrado.

A expectativa é produzir 36 mil toneladas de gusa no primeiro ano de operação do projeto que serão todas exportadas para os Estados Unidos. “Já temos contrato firmado com a Nucor. São quatro alto-fornos, inicialmente, mas já temos planos de expansão e a compra de mais três ou quatro equipamentos. Assim podemos chegar a uma produção de 60 mil toneladas de gusa ao longo de 2020. Na compra e reforma da unidade de gusa, aportamos R\$ 100 milhões”, disse Rocha ao **Valor**. O contrato com a siderúrgica americana prevê a venda da tonelada de gusa a US\$ 390.

Além da mina de ferro e da usina de gusa, a empresa tem uma unidade de carbonização para a produção do carvão vegetal usado em seu processo. Hoje, de acordo com Rocha, a companhia opera quatro mil fornos de carvão e já foram investidos R\$ 26 milhões nessa estrutura. “Compramos de terceiros a madeira de reflorestamento. Quando expandirmos a operação vamos aumentar também a produção de carvão e o plano é ter seis mil fornos de carbonização. A meta é produzir 90 mil metros cúbicos de carvão por mês”, disse o executivo.

O projeto de integração, de acordo com Rocha, deverá gerar faturamento em torno de R\$ 800 milhões, sendo cerca de R\$ 600 milhões com siderurgia e o restante com a área de mineração. Neste ano, a expectativa é alcançar receita de R\$ 100 milhões, somente com a operação da Mina de Posse. “Quase o triplo do que faturamos em 2018, isso muito puxado pelo preço do minério de ferro, que neste ano apresentou uma alta substancial”, ressaltou o executivo, acrescentando que a companhia apresentou faturamento de R\$ 30 milhões no ano passado.

Rocha afirmou que o bom momento do minério de ferro no mercado internacional acelerou a produção da commodity na mina. Em 2018, foram produzidos 600 mil toneladas e a estimativa para este ano é chegar a 2 milhões de toneladas. “A partir de 2020, 60% da produção de minério será exportada e o restante abastecerá a usina de gusa. Mas, além disso, temos contratados com um cliente da Ásia o fornecimento de 1,2 milhão de toneladas de minério em 2020. Esse produto já está em estoque.”

Segundo ele, o grupo avalia também a compra de uma mina já em operação, caso necessite aumentar o abastecimento da usina de gusa. “Estamos atentos em atender a demanda, por isso, estamos estudando a aquisição de minas em operação. Temos estudos concluídos de áreas para mineração, mas hoje há muita morosidade para se conseguir a licença ambiental para projetos do zero.”

O executivo disse que a previsão de geração de empregos somente na siderúrgica é de cerca de mil vagas diretas. “Todas as empresas levarão o nome do grupo quando integradas: UNA Mineração, UNA Siderúrgica, UNA Carbonização e UNA Logística.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: BR escolhe novo conselho com viés profissional

Petrobras indicou um terço do colegiado e emplacou um deles como presidente

Os acionistas da BR Distribuidora aprovaram ontem, em assembleia geral, o novo conselho de administração, o primeiro colegiado eleito depois da privatização da companhia, em julho deste ano. Dona de participação de 37,5% na empresa, a Petrobras indicou um terço dos conselheiros e emplacou um deles - Edy Kogut - como novo presidente do conselho da distribuidora.

A assembleia geral renovou praticamente todo o colegiado. Foram eleitos nove membros, sendo apenas Kogut remanescente da equipe anterior. Uma vez eleito o novo conselho, a assembleia votou sobre quem ocuparia a presidência do colegiado. A Petrobras se absteve nessa votação e houve tentativa, por parte de alguns investidores, de emplacar Mateus Affonso Bandeira para a presidência do conselho, como forma de tentar evitar a ascensão de um executivo associado à Petrobras, mas a estratégia não teve sucesso. Kogut é pessoa próxima ao presidente da petroleira, Roberto Castello Branco.

Conforme havia se comprometido com o mercado, na ocasião da oferta secundária de ações que reduziu sua participação na BR, de 71,25% para 37,5%, a Petrobras indicou apenas três dos nove membros do conselho: além de Kogut, Alexandre Carneiro (ex-vice-presidente da Shell Brasil) e Maria Carolina Lacerda (ex- UBS e ex-diretora do Merrill Lynch e atual conselheira da Hypera Pharma), conforme antecipado pelo **Valor**. Os três foram referendados pela assembleia.

Os seis demais novos conselheiros, indicados pelos demais acionistas, são todos caras novas na BR. Foram eleitos: o administrador Carlos Augusto Piani (conselheiro da Equatorial Energia e diretor da Kraft Heinz); o engenheiro Claudio Ely (ex-presidente da Raiadrogasil e da Drogasil e conselheiro da Dimed); o historiador com especialização em administração Leonel Dias de Andrade Neto (ex-presidente da Smiles e ex-diretor da Losango Financeira e da Visa do Brasil); o especialista em finanças corporativas Mateus Affonso Bandeira (ex-presidente do Banrisul e ex-conselheiro da PDG); o engenheiro de computação Pedro Ripper (conselheiro da Iguatemi Shopping Centers e da Positivo Tecnologia e ex-diretor da Cisco e Oi); e o economista Ricardo Carvalho Maia (ex-diretor da Ipiranga).

Houve consenso, entre os principais investidores, sobre o time de conselheiros. Tanto que, na assembleia, não houve apresentação de candidatos alternativos. Os novos conselheiros assumem mandato de dois anos. Com a privatização da BR, houve mudanças na composição do colegiado. As cadeiras até então destinadas a representantes dos empregados e do Ministério da Economia foram extintas.

O novo time de conselheiros assume o colegiado no momento em que a companhia está focada na implementação de pacote de dez medidas, em diferentes áreas de negócios, para aumentar a rentabilidade. A lista dos novos membros está em linha com o desejo do comando da BR de capturar profissionais com experiência nas áreas em que a empresa quer avançar nos próximos anos, como varejo, novas tecnologias de meios de pagamento e de fidelidade, além de marketing e precificação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/09/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Grupo Moreno pede recuperação judicial**

O tradicional grupo sucroalcooleiro Moreno, com três usinas no interior paulista, entrou ontem com pedido de recuperação judicial, aumentando a lista de plantas de açúcar e etanol protegidas contra credores - já são quase cem. Após falharem as negociações com bancos com os quais estava inadimplente, a companhia busca proteção para dívidas que totalizam R\$ 2 bilhões, conforme apurou o **Valor** com duas fontes. Com os credores concursais (sujeitos às regras da recuperação), as dívidas totalizam R\$ 1,5 bilhão.

Uma das alternativas para a recuperação judicial pode ser a venda de um de seus ativos industriais, mas ainda não há nada definido, segundo uma fonte. A maior usina do grupo está em Monte Aprazível, mas a de localização mais estratégica está em Luiz Antonio, perto de Ribeirão Preto, onde a unidade opera com toda a capacidade. Nenhuma das usinas possui planta de cogeração de energia a partir de bagaço.

A companhia, que tem faturamento de R\$ 1,5 bilhão, já havia renegociado suas dívidas com bancos em 2016, quando conseguiu alongar vencimentos. Nos últimos anos, porém, o grupo não conseguiu recuperar sua capacidade de geração de caixa na proporção necessária para fazer frente às suas obrigações financeiras, dado o prolongamento do ciclo de baixa dos preços internacionais do açúcar.

Desde 30 de agosto, a companhia também não está mais pagando aos seus fornecedores de cana, disse Juliano Maset, presidente da Associação dos Plantadores de Cana e Outras Culturas da Região de Monte Aprazível (Aplacana). “Os últimos três pagamentos não foram feitos”, disse. A associação tinha marcado uma reunião com o Grupo Moreno para ontem para tratar do assunto, mas o encontro foi adiado para hoje.

Além disso, nos últimos três meses, a companhia também passou a ser acionada na Justiça com cobranças e pedidos de rescisão de contratos de parceria agrícola.

Com capacidade instalada para moer até 13 milhões de toneladas de cana por safra em suas três unidades, a companhia tem processado em torno de 10 milhões de toneladas por temporada, 40% das quais provém de fornecedores.

No primeiro semestre, o Grupo Moreno contratou a consultoria financeira Czarnikow para encontrar compradores para algum de seus ativos e levantar recursos para quitar parte de suas dívidas.

A companhia chegou a receber três propostas, entre elas da chinesa Cofco, que possui uma usina em Monte Aprazível, mesmo município de uma das unidades do Grupo Moreno. As propostas recebidas envolviam a aquisição dos ativos industriais, mas as opções não foram consideradas atrativas pela direção do grupo.

No processo de recuperação judicial, a companhia é representada pelo escritório Felsberg Advogados e conta com assessoria financeira da Pantalica Partners.

No mercado, há dúvidas sobre a capacidade de venda de mais usinas em um ambiente já saturado de ofertas de unidades de açúcar e etanol. A última operação de compra de usina no país ocorreu em agosto, dentro do processo de falência da Floralco, que teve uma planta leiloadada por R\$ 54 milhões, o equivalente a R\$ 21,60 por tonelada de cana de capacidade instalada da planta.

Com a concretização do pedido do Grupo Moreno, a quantidade de plantas sucroalcooleiras em recuperação judicial no Brasil subirá para 93, ante 90 em julho, de acordo com o último dado da consultoria RPA, de Ribeirão Preto.

Em evento em São Paulo nesta semana, Cláudio Miori, analista da Fitch Ratings, avaliou que aquisições e fusões não são mais uma realidade para empresas que estão em recuperação. Ele demonstrou ceticismo com as perspectivas que podem trazer uma recuperação judicial, que levam ao menos oito anos para serem concluídas.

No mesmo evento, o advogado Gilberto Gornati, sócio do escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados, que representa diversas usinas em recuperação, defendeu que a possibilidade de venda de usinas precisa levar em consideração se não há outras opções e se podem haver compradores interessados.

No universo de empresas do setor em recuperação, o Grupo Moreno vai entrar no restrito conjunto dos 11% das empresas com mais de 10 milhões de toneladas de capacidade instalada, de acordo com dados da Fitch.

A deterioração da situação financeira da companhia reforça ainda o cenário de aumento das disparidades no setor, em que apenas uma pequena parcela das empresas vislumbra retomar o crescimento, com a consolidação do mercado de etanol e uma eventual recuperação, ainda que modesta, do açúcar. Para Miori, a polarização do setor deve se acentuar em 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Petrobras consegue cancelar no Carf cobranças que somam R\$ 37,3 bilhões

A Petrobras obteve ontem, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), nova vitória na disputa sobre a dedução de gastos com o desenvolvimento da produção de petróleo e gás no cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. É a quarta decisão dos conselheiros contra autuações da Receita Federal. Juntas, somam R\$ 37,3 bilhões.

O julgamento de ontem foi realizado pela 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, que anulou cobrança de R\$ 16,4 bilhões. Como a Petrobras venceu todos os casos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não tem como recorrer à Câmara Superior - última instância do tribunal administrativo.

Na sessão, alguns conselheiros manifestaram contrariedade pela forma como a autuação foi feita. Mesmo com dispositivo em Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000, de 1999) que trata diretamente das atividades da Petrobras, a fiscalização aplicou previsão do setor de exploração de minérios, por considerar a norma inconstitucional. O decreto foi alterado pela Lei nº 13.586, de 2017. Por isso, não há novas autuações semelhantes, segundo a empresa.

No auto analisado ontem, a Receita Federal cobra Imposto de Renda e CSLL referentes aos anos de 2012 e 2013 (processo nº 16682.722251/2017-11). A Petrobras excluiu os gastos com o desenvolvimento da produção de petróleo e gás de forma integral e imediata no período em que eles foram incorridos.

Para isso, baseou-se no artigo 416 do Decreto nº 3.000, de 1999. De acordo com o dispositivo, a Petrobras “poderá deduzir, para efeito de determinação do

lucro líquido, as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, na prospecção e extração de petróleo cru”.

Para a Receita, porém, o dispositivo não abrange as despesas com a etapa de desenvolvimento e só permite a dedução do que foi investido nas fases de prospecção e extração do petróleo. A Petrobras, segundo o órgão, teria que deduzir os gastos com o desenvolvimento da produção ao longo dos anos.

Além disso, o órgão considera o dispositivo inconstitucional. Entende que daria vantagem competitiva à Petrobras. A empresa, de acordo com a Receita Federal, teria um privilégio em relação aos concorrentes.

Na defesa oral, o advogado da empresa, Tiago Lemos de Oliveira, explicou que a fase de desenvolvimento está dentro da fase de produção. Por isso, acrescentou, seria possível a dedutibilidade imediata. Ainda segundo o advogado, a fiscalização utilizou na autuação um dispositivo do Regulamento do Imposto de Renda direcionado a mineradoras, que têm três fases de produção. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não apresentou defesa na sessão.

Em seu voto, a relatora do caso, conselheira Bianca Felicia Rothschild, representante dos contribuintes, citou os precedentes do Carf favoráveis à Petrobras. Ela destacou que não poderia ser afastada a aplicação do dispositivo do Regulamento do Imposto de Renda que beneficiava a Petrobras. “Não há indicação de inconstitucionalidade do artigo”, disse.

Para Bianca, se o sistema só contempla duas fases, a dedução de despesas abrange a etapa do desenvolvimento. Além disso, ponderou que não poderia ser aplicada legislação do setor de minérios. O seu entendimento foi acompanhado pelos demais conselheiros.

A conselheira Giovana Pereira de Paiva Leite, representante da Fazenda, também lembrou no julgamento que havia um dispositivo específico para a Petrobras. “A princípio eu achei a coisa [autuação] tão absurda que pensei: ‘não pode ser verdade’”, afirmou.

O montante da autuação consta no Formulário de Referência de 2019 da companhia, que considera a chance de perda remota e não tem valor provisionado. Por isso, a vitória no Carf não tem impacto financeiro imediato, de acordo com o advogado Tiago Lemos de Oliveira.

A PGFN aguarda a publicação do acórdão para verificar eventual cabimento de embargos, informou o procurador Moisés de Sousa Carvalho. O julgamento, acrescentou, seguiu a jurisprudência da 1ª Seção do Carf. “Não há paradigma específico para interpor recurso especial de divergência”, disse.

Segundo o tributarista Diogo Figueiredo, sócio do Schneider, Pugliesi Advogados, a decisão decorre de um artigo criado especificamente para a Petrobras quando o mercado de petróleo no Brasil era fechado. Ele diz que não se trata de benefício fiscal, mas regra específica porque só existia a companhia na época. Para Figueiredo, nas decisões o Carf indica que os auditores devem se pautar pela legalidade e aplicação do artigo do Regulamento do Imposto de Renda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência

O governo federal caminha para cortar mais em ciência e tecnologia do que em qualquer outra área com orçamento relevante em 2019. A conclusão é de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicaram uma análise das contas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) entre 2000 e 2019. Segundo o Ipea, até julho, a pasta só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019 (R\$ 13,6 bilhões) e tende a ser a mais afetada este ano pelos cortes do governo, ficando aquém da média histórica de 60% do orçamento empenhado.

O documento do Ipea vem em meio à crise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado ao MCTIC, que ameaça o pagamento de bolsas de pesquisa a 84 mil cientistas brasileiros.

O ritmo de gastos do MCTIC nos sete primeiros meses do ano só esteve acima do verificado nos ministérios de Infraestrutura (26%), **Minas e Energia (17%)** e Turismo (16%), que tem orçamento bem inferior, de R\$ 559 milhões. As duas primeiras pastas, no entanto, não têm volume de empenhos mensais fixo como o MCTIC, e estão mais propensas à chamada “dezeembrada”, tradicional liberação de recursos no fim do ano.

A economista do Ipea Fernanda de Negri afirma que, por essa razão, o MCTIC tende a ter o menor percentual liquidado na Esplanada dos Ministérios em 2019 em relação ao orçamento total previsto. “A execução do MCTIC é mais homogênea que a de outros ministérios, porque boa parte das verbas alimenta o CNPq, que tem sua maior rubrica nas bolsas, pagas mensalmente”, diz.

Ela diz, no texto, que o esforço para cumprir a meta deveria fiscal ser compartilhado por todos os ministérios, o que não ocorre, “sugerindo uma

baixa prioridade da área [MCTIC] na execução do governo federal”. Até julho, a média de execução orçamentária da Esplanada é de 46%, 19 pontos percentuais maior que o do MCTIC.

O executado pelo MCTIC caiu de quase R\$ 11 bilhões em 2013 (auge da série) para R\$ 7,7 bilhões em 2018. E, se o ritmo atual de execução permanecer, a pasta executará cerca de R\$ 6 bilhões até o fim de 2019, queda superior a 45% desde 2013.

Para Fernanda, tamanha variação é especialmente preocupante porque o “esforço de construção de capacitações” em ciência e tecnologia é cumulativo e depende da estabilidade de recursos.

Como exemplo, ela cita o desenvolvimento do fármaco Captopril, utilizado no tratamento da hipertensão. Pesquisadores da USP identificaram o princípio ativo no veneno da cobra jararaca nos anos 1940, mas, só na década de 1980, uma segunda geração de cientistas conseguiu prolongar o efeito da substância no corpo humano, tornando viável a fabricação de um medicamento. “O ciclo de maturação de uma pesquisa consequente pode levar 40 anos. Isso requer estabilidade de recursos. Quando se corta dessa maneira, deixamos de formar cientistas e interrompemos processos de criação de conhecimento que terão dificuldade para serem retomados”, diz.

Soma-se à queda de empenhos o fato de que a parcela do orçamento efetivamente prevista para ciência e tecnologia regrediu ao nível de 2006. A classificação funcional das despesas da pasta mostra que os gastos com essa finalidade caíram de 63% em 2010 - auge da série - para apenas 36% do orçamento em 2019.

A perda de participação da ciência propriamente dita no orçamento, diz o Ipea, se deve ao aumento das previsões para reserva de contingência (35%), previdência (14%) e encargos especiais (10%). A alta nos encargos é puxada pelo repasse de cerca de R\$ 1 bilhão para a participação da União na Telebrás - valor atribuído ao desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégica e a implantação de uma infraestrutura de comunicação de dados.

O valor liquidado pelo CNPq caiu de R\$ 2,61 bilhões em 2013 para R\$ 1,29 bilhão em 2018 - e deve ser ainda menor em 2019. No início de setembro, o órgão esgotou toda a rubrica anual de bolsas, R\$ 784,7 milhões, e tenta aprovar, junto ao Ministério da Economia, o remanejamento interno de R\$ 82 milhões para realizar os depósitos em outubro. Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, para arcar com as bolsas até o fim do ano, será

preciso crédito suplementar de R\$ 248 milhões, prometido pela equipe econômica para o fim do mês.

O MCTIC afirmou que tem atuado com o Ministério da Economia e o Congresso para maior disponibilidade de recursos e mantido “diálogo permanente” com os gestores de entidades vinculadas para otimizar seus orçamentos e minimizar o impacto nas atividades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás aumenta gasolina e diesel

Nas refinarias, preço da gasolina vai subir 3,5% e o do óleo diesel, 4,2%; alta reflete aumento do petróleo após ataque à Arábia Saudita

A alta do preço do petróleo no mercado internacional chegou ao Brasil e deve ser repassada aos consumidores já nesta semana. A Petrobrás reajustou os valores da gasolina em 3,5% e o óleo diesel em 4,2% em suas refinarias. A revisão, que valerá a partir da zero hora desta quinta-feira, é uma reação ao atentado a refinarias na Arábia Saudita, que fez com que a commodity oscilasse até 20% na segunda-feira, quando o barril do petróleo tipo Brent, negociado em Londres, fechou a US\$ 69,02, alta de quase 15%. A petroleira então anunciou que aguardaria mais tempo para observar o comportamento da commodity.

Em comunicado, afirmou ter decidido “acompanhar a variação do mercado nos próximos dias e não fazer um ajuste de forma imediata”. Ainda na segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ter conversado com o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, e ter recebido a informação de que a empresa continuaria observando a movimentação externa. A Petrobrás tem especial interesse em demonstrar que é independente do governo e que sua política de preços de combustíveis não está submetida a interesses políticos. Caso contrário, não vai conseguir atrair investidores para comprar suas refinarias. A venda está prevista no programa de desinvestimento da Petrobrás e, segundo a diretoria, terá contribuição especial na retomada da saúde financeira da petroleira.

Nos últimos dois dias, o petróleo tipo Brent, referência internacional, até caiu, mas não na mesma proporção da alta. A Petrobrás, que mantém seus preços alinhados ao mercado internacional, manteve os valores inalterados num primeiro momento, mas cedeu ontem à pressão. “A Petrobrás está plenamente consciente das implicações de aumentar seus preços, principalmente do diesel.

Se aumentou, foi porque a pressão sobre os seus custos estava muito grande. Não foi só uma resposta ao mercado para demonstrar que não está sujeita a ingerências políticas”, avaliou o especialista José Roberto Faveret, sócio do Faveret Lampert Advogados.

Para o consumidor, a alta de preço nas refinarias deve chegar em breve. A expectativa é de que as distribuidoras, que fazem a intermediação entre as refinarias e os postos de gasolina, entreguem combustíveis com preços reajustados a partir de amanhã, disse o presidente do Sincopetro-SP, José Alberto Gouveia, que representa os revendedores de combustíveis no Estado de São Paulo. A decisão de repassar ou não a alta para os motoristas nos próximos dias é de cada dono de posto, que vai considerar outros fatores, como demanda e concorrência. “O reajuste vai chegar num dia em que a procura aumenta, numa quinta-feira, quando os motoristas enchem o tanque para o fim de semana”, complementou Gouveia.

No fim de semana, duas instalações da estatal Saudi Aramco foram atacadas. Os ataques fizeram cair pela metade a produção de petróleo do país, equivalente a 5,7 milhões de barris diários, aproximadamente 6% da produção mundial. Na terça-feira, o ministro saudita da Energia, príncipe Abdel Aziz bin Salman, anunciou que a produção de petróleo do país seria restabelecida até o fim de setembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Doze petroleiras buscam dados do leilão da ANP

Doze petroleiras participaram de evento para conhecer detalhes do leilão de áreas excedentes da cessão onerosa. A lista de participantes do seminário da Agência Nacional do Petróleo (ANP) inclui as companhias Petrobrás, ExxonMobil, Shell, Total e Chevron, bem como BP, Equinor, Petrogal, Ecopetrol, Qatar e as chinesas CNOOC e CNODC. “Temos feito o máximo para melhorar a atratividade do leilão”, disse Renata Isfer, do **Ministério de Minas e Energia**. “É claro que estamos otimistas.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Política

Autor: Pedro Prata Fausto Macedo

Título: Causa da morte de delator é ‘indeterminada’

O registro oficial da 14.^a Delegacia, no Leblon, aponta “causa indeterminada” para a morte do ex-presidente da extinta Odebrecht Energia Henrique Serrano do Prado Valladares, um dos delatores da empreiteira na operação Lava Jato. O corpo do ex-executivo foi encontrado anteontem no apartamento onde ele morava. As primeiras investigações indicam que não havia sinais de arrombamento no imóvel nem evidências de luta. Em sua delação, revelada pelo Estado em abril de 2017, Valladares citou o suposto pagamento de propinas para o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e para o ex-senador e ex-ministro Edison Lobão (MDB-MA).

Ele é apontado como um dos negociantes de R\$ 30 milhões de propina para Aécio atuar nos projetos do Rio Madeira (Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia) para atender interesses da Odebrecht e também da Andrade Gutierrez. Valladares relatou que a empreiteira pagava prestações de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões a “Mineirinho”, codinome atribuído a Aécio. Os valores eram, segundo ele, repassados pelo setor de Operações Estruturadas, apontado como o departamento de propinas do grupo. O delator afirmou ainda que Lobão recebeu R\$ 5,5 milhões para interferir no leilão da usina de Jirau de forma que a Odebrecht assumisse o empreendimento.

Segundo ele, o ex-ministro, que teria o apelido de “Esquálido” na planilha da empreiteira, cobrou “contrapartida”. Pagamentos de propina, relatou Valladares, foram feitos em com entrega de dinheiro diretamente na casa do filho de Lobão, Márcio Lobão, no Rio. Na época da delação, o deputado Aécio Neves, o ex-ministro Edison Lobão e seu filho, Márcio Lobão, negaram a prática de ilícitos e o recebimento de propinas da Odebrecht. A reportagem procurou as defesas ontem, mas não teve retorno até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Gasolina e diesel aumentam após ataques

Petrobras anuncia reajuste de 3,5% e 4,2%, respectivamente, dois dias depois da disparada no preço do petróleo

Dois dias após a disparada no preço do petróleo provocada por ataques a instalações petrolíferas na Arábia Saudita, a Petrobras anunciou a seus clientes nesta quarta (18) reajustes nos preços da gasolina e do diesel.

O preço de venda da gasolina nas refinarias da estatal vai subir 3,5%, ou R\$ 0,0596 por litro. Já o preço do diesel terá alta de 4,2% (R\$ 0,0916 por litro). Os novos valores entram em vigor nesta quinta (19).

O repasse às bombas depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras. O valor cobrado pela Petrobras na venda de gasolina equivale a cerca de 30% do preço final. No caso do diesel, o valor de venda da empresa equivale a 50% do preço de bomba.

Na segunda (16), após aumento de 13% nas cotações internacionais — a maior alta diária desde 2008 — a estatal havia informado que esperaria o mercado se acalmar para definir por reajustes, com o objetivo de evitar repasses das volatilidades ao consumidor.

Na terça(17), após entrevista em que o governo da Arábia Saudita anunciou que a retomada da produção seria mais rápida do que o esperado, a cotação do petróleo tipo Brent, negociado em Londres e usado como parâmetro internacional, caiu 6,5%. Nesta quarta, caiu mais 1,8%.

Os ataques levaram à interrupção de uma capacidade de produção de 5,7 milhões de barris por dia, o maior corte da história, superando o segundo choque do petróleo, no fim dos anos 1970, quando o Irã suspendeu a produção em meio à revolução islâmica.

No primeiro momento, gerou uma corrida por contratos futuros de petróleo, pressionando os preços. No domingo (15), o governo dos EUA chegou a autorizar o uso de reservas estratégicas para tentar conter a escalada.

Na segunda, após analistas dizerem que o cenário representava um teste para a autonomia da política de preços da estatal, a empresa divulgou nota dizendo que não faria ajustes à espera de melhor clareza sobre a situação.

A decisão foi anunciada primeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, em entrevista à TV Record. Ele disse que recebeu a informação do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

É o terceiro reajuste no diesel neste mês. A gasolina não era ajustada desde o dia 5.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estatal estuda abrir negociação individual com trabalhadores

Em meio a impasse nas discussões sobre acordo coletivo de trabalho, a Petrobras estuda abrir negociações individuais com seus empregados. A possibilidade, prevista na reforma trabalhista, é vista por sindicalistas como uma maneira de desmobilizar a categoria diante de ameaças de greve.

Petrobras e sindicatos discutem o acordo coletivo em mediação no TST (Tribunal Superior do Trabalho). A data-base é 1º de setembro, mas o acordo atual foi prorrogado até 30 de setembro para permitir as negociações.

Em assembleias, os trabalhadores rejeitaram a última proposta da companhia e aprovaram indicativo de greve, caso haja perdas de direitos ou negociações individuais. O impasse preocupa o governo e vem sendo acompanhado pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) diante do risco de efeito cascata em outras estatais.

Em vídeo divulgado internamente, ao qual a Folha teve acesso, o diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, Eberaldo de Almeida Neto, reforça que a empresa não fará nova proposta e que, caso a mediação no TST não avance, os empregados passarão ao regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Isso significa que perderão benefícios previstos no acordo coletivo, como adicional de férias equivalente a 100% do salário. A migração, que é rejeitada pelos empregados, seria feita de forma gradativa, afirmou ele.

O diretor adiantou, porém, que a empresa estuda a possibilidade de negociar acordos individuais. O instrumento foi incluído na reforma trabalhista, aprovada em 2017, durante o governo Michel Temer, mas nunca usado pela estatal.

No entanto, só pode ser feito com trabalhadores de nível superior e com salário equivalente a duas vezes o teto da aposentadoria pelo INSS, ou R\$ 11.800.

O impasse entre Petrobras e sindicatos envolve desde a proposta de reajuste — a empresa ofereceu aos trabalhadores 70% do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor)— a benefícios, como o adicional de férias.

Em nota enviada à Folha, a Petrobras confirma que analisa a possibilidade de acordo individual entre empregado e empregador. “A companhia reitera que as negociações do acordo coletivo de trabalho estão sendo mediadas pelo TST”, diz.

Para sindicalistas, porém, a possibilidade de acordos individuais tem pouco impacto no movimento grevista, já que grande parte dos empregados não se enquadrariam nas características previstas em lei.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 19/09/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** O sol é para todos

Expansão subsidiada da energia solar implica custo, mas benefício para o clima deve ser considerado

A Agência Nacional de Energia Elétrica realiza consulta pública sobre mudanças na tarifação da chamada geração distribuída (GD) de eletricidade, com fulcro na energia solar, ou fotovoltaica. Espera-se que a proposta do órgão saia alterada, e mais equilibrada, desse debate.

As distribuidoras de energia alegam que há um subsídio insustentável, a médio e longo prazos, na contabilidade atual. Se ele hoje não onera tanto os usuários da eletricidade convencional, seria porque o montante de energia fotovoltaica produzida ainda representa parcela diminuta da geração (1,2%, sétima fonte do ranking).

De acordo com uma norma de 2012, o proprietário de painéis solares no telhado de casa ou da empresa conta como atrativo de 100% de crédito pela energia excedente que produz, não consome e injeta de volta na rede de distribuição. Só é tarifado pelo saldo líquido entre o que retira —de noite, por exemplo— e o que devolve de energia para o sistema elétrico.

O subsídio implícito decorreria, no entender da Aneel, de o produtor local não remunerar os distribuidores pelo total de energia que faz circular na rede. A proposta sob consulta prevê vários cenários de tarifação, limitando o crédito a uma parcela menor da energia reinjetada no sistema.

À primeira vista, a diminuição do benefício faz sentido. Se a participação da energia solar aumentar muito, o alegado subsídio pode tornar-se um fardo injusto para os que apenas consomem energia da rede, sem produzi-la.

A geração fotovoltaica, com efeito, cresce de modo acelerado, por força da queda dos preços de equipamentos e da própria consulta pública. Há uma corrida para instalar painéis antes que a regra mude, como noticiou esta Folha, ao ritmo de 300 sistemas por dia.

Já são 3,1 gigawatts instalados, quase o equivalente à usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), e o bastante para iluminar 1,5 milhão de domicílios. Um terço disso é geração distribuída, e o restante se produz em

grandes fazendas solares. Estima-se que a capacidade solar instalada possa mais que quintuplicar até 2035.

Observa-se um viés em prol de distribuidoras e outros consumidores na proposta da Aneel. Há que considerar que o investimento em geração recai sobre particulares. Mais correto seria computar no cálculo benefícios difusos da energia fotovoltaica, como a redução das emissões de carbono.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/09/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Ex-executivo da Odebrecht que delatou Aécio e Lobão é encontrado morto

Henrique Valladares, ex-vice-presidente da Odebrecht e um dos principais delatores da Operação Lava Jato, foi encontrado morto na terça (17) no seu apartamento no bairro do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro.

De acordo com informações da Polícia Civil, o corpo já passou pelo IML (Instituto Médico Legal) e a causa da morte foi indeterminada.

Valladares foi um dos responsáveis pela delação envolvendo Aécio Neves (PSDB). Ele afirmou que chegou a pagar ao tucano R\$ 50 milhões, que foram depositados em contas no exterior.

O executivo também acusou Edison Lobão (MDB), ex-ministro de Dilma Rousseff (PT), de cobrar propina até mesmo quando ele estava internado na UTI de um hospital.

Segundo a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o ex-ministro de Minas e Energia aproveitou uma “visita de cortesia” ao então presidente da Odebrecht Energia para solicitar vantagens indevidas em contratos para as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O caso teria ocorrido em 2012, quando Valladares estava internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro. Ele acabou por indicar o então diretor de relações institucionais da Odebrecht Energia, Ailton Reis, para tratar dos pagamentos de propina com Edison Lobão, de acordo com a delação.

Nos dois casos, a Odebrecht pedia como contrapartida facilidades na área de energia. O executivo chegou a mencionar pagamentos para o chefe da tribo indígena nas regiões de interesse da empresa.

Ele disse que pagou propina a índios para eles não criarem problemas com as obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. O dinheiro ilegal ainda foi destinado a sindicalistas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) para evitar manifestações nos locais, segundo relatou o executivo em 2017.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras reajusta combustíveis dois dias depois da disparada global do petróleo

Dois dias após afirmar que estava acompanhando a variação do preço do petróleo no mercado internacional e que não faria ajuste de forma imediata nos preços dos combustíveis, a Petrobras informou ontem a seus clientes que vai aumentar o valor da gasolina em 3,5%, em média, e do diesel em 4,2% a partir de hoje. Com isso, a gasolina terá uma alta média de R\$ 0,0596 em seu preço nas refinarias, e o diesel terá acréscimo de R\$ 0,0916. A estatal não informou o valor final.

Para analistas, a decisão é uma forma de a estatal demonstrar a independência de sua política de preços, corrigir valores que já estavam defasados e preservar o ambiente favorável a seu programa de venda de ativos, como refinarias.

O repasse para o consumidor depende da distribuição e dos postos de revenda. O aumento da Petrobras ocorre após o ataque a instalações de petróleo na Arábia Saudita, no último fim de semana, que afetou a produção da principal petroleira do país e provocou uma disparada da cotação do barril no mercado global no início da semana. A Arábia Saudita é o maior exportador da commodity, responsável por 10% da produção global.

2ª ALTA DO DIESEL EM 6 DIAS

A cotação do barril tipo Brent subiu 14% só na segunda-feira, chegando a quase US\$ 70. Depois, a cotação inverteu o movimento e fechou em queda de 6,5% na terça-feira. Ontem, encerrou o dia com recuo de 1,47%, cotado a US\$ 63,60. Também houve impacto no mercado financeiro.

Em meio à crise, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer na noite de segunda-feira, em entrevista à TV Record, que a Petrobras não iria ajustar preços. Ele contou ter conversado pouco antes com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e informou que, “como é algo atípico, ele não deve

mexer no preço do combustível”. A declaração de Bolsonaro, segundo fontes, causou desconforto na direção da Petrobras.

Em seguida, a estatal enviou comunicado ao mercado informando que “decidiu por acompanhar a variação do mercado nos próximos dias e não fazer um ajuste de forma imediata”. O texto ressaltou ainda que não há periodicidade predefinida de reajustes desde junho. Na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que “petróleo quem resolve é a Petrobras”. Procurado ontem, o Palácio do Planalto disse que não comentaria o reajuste.

A última atualização do preço da gasolina ocorreu no dia 5 de setembro. Em agosto, foram três reajustes. No caso do diesel, sensível para os caminhoneiros, foram três aumentos desde o início de agosto, sendo o último na sexta-feira. A nova alta do diesel é a segunda em seis dias.

Para analistas, a decisão da Petrobras foi correta. Na opinião de Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a empresa mostra que sua direção tem liberdade em sua política de preços:

—A sensação é de que o aumento já estava decidido, mesmo o presidente Bolsonaro falando ou não sobre o assunto. A Petrobras agiu de forma serena, esperando passar alguns dias para ver qual seria o novo patamar de preços. Antes do ataque, o preço do petróleo estava inferior a US\$ 60. Mesmo que esse aumento da estatal não cubra a defasagem, vai ajudar a recuperar parte das perdas.

DEFASAGEM DO INÍCIO DO ANO

Magda Chambriard, ex-diretora da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e consultora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que o alinhamento de preços com a cotação internacional do petróleo é fundamental para a companhia num momento em que está vendendo ativos não só de refino, mas também gasodutos:

— É importante mostrar a independência. O controle de preços por parte do governo é mortal para investimentos nesse setor. Quem vai se interessar em comprar um gasoduto se sabe que o gás que passa por ele tem preço controlado pelo governo? É bom ser independente.

Segundo ela, os preços do petróleo têm se mantido relativamente altos desde o início do ano, entre US\$ 60 e US\$ 70. Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, também observa que a cotação global já estava em alta antes da crise saudita e a Petrobras acumulava certa defasagem:

— Por conta da tendência de alta do petróleo, ficou claro que os preços não vão cair.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E RENNAN SETTI

Título: Novos acionistas renovam conselho da BR após privatização

Presidência da distribuidora fica com nome indicado pela Petrobras

Dois meses depois de ser privatizada, a BR Distribuidora deu ontem o primeiro passo para implementar um modelo de gestão de empresa privada com a renovação quase completa do seu Conselho de Administração pelos novos acionistas. Seis dos nove membros foram indicados pelos minoritários, mas, ao contrário do previsto, a presidência do colegiado ficou com um indicado da Petrobras.

Mesmo após a oferta de R\$ 9,6 bilhões em ações que reduziu a fatia da Petrobras na BR de 71,25% para 37,25%, a estatal se manteve como a maior acionista individual, com o direito de indicar três conselheiros. O restante do capital foi pulverizado entre investidores como o fundo de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, Opportunity e SPX.

Os novos acionistas se organizaram para alterar a composição do Conselho, até ontem constituído só por indicados da Petrobras.

SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Um grupo de acionistas como as gestoras JGP, SPX, Opportunity, Verde, Atmos e alguns internacionais, além da Previ, promoveu uma rodada de conversas nos últimos dois meses para escolher os seis membros indicados pelos minoritários. Cerca de 30 executivos foram entrevistados, e os indicados definidos há três semanas.

A assembleia de acionistas, no entanto, escolheu para a presidência do conselho Edy Luiz Kogut, indicado pela Petrobras e o único que já estava no conselho, mesmo com a decisão da estatal de se abster e não votar na assembleia. Engenheiro civil, Kogut é doutor em Economia pela Universidade de Chicago e fez carreira na iniciativa privada, tendo participado de vários processos de privatização entre 1988 e 2004, como o da Light.

A Petrobras também indicou para o colegiado Maria Carolina Lacerda, que atuou em bancos estrangeiros como UBS e Deutsche Bank, e Alexandre Firme Carneiro, que fez carreira na Shell.

Já os minoritários emplacaram Carlos Piani, que vem da Kraft Heinz e já passou por PDG e Equatorial Energia; Cláudio Ely, que comandou a rede de farmácias Raia Drogasil; Leonel Andrade, que presidiu a Smiles; Mateus Bandeira, que chefiou a consultoria internacional Falconi; Pedro Ripper, ex-diretor da Oi e conselheiro da empresa de shoppings Iguatemi; e Ricardo Maia, que fez carreira na concorrente Ipiranga.

— Os acionistas buscaram uma composição diversa, com conselheiros com passagem pela indústria de distribuição, varejo, pagamentos, tecnologia, governança e reestruturação. De forma geral, foi um sucesso o processo — avaliou Márcio Correia, gestor dos fundos da JGP, que atuou na seleção de conselheiros.

Os minoritários planejavam eleger Mateus Bandeira para a presidência, mas investidores estrangeiros acabaram preferindo Kogut, sem deixarem claras as razões da escolha. Uma parcela de acionistas brasileiros também acabou não votando em Bandeira, inviabilizando sua eleição. De qualquer forma, o nome de Kogut foi visto como técnico pelos principais acionistas.

— No Brasil, a reunião de minoritários para eleger um conselho acontece pouco porque raras são as empresas realmente pulverizadas. E foi importante a Petrobras escolher gente de mercado, essa era uma dúvida que havia no começo do processo. Não haverá representante do governo nesse conselho — afirmou Pedro Sales, gestor da estratégia de ações da Verde Asset, para quem a empresa agora está preparada para reduzir a distância do seu desempenho operacional em relação a de rivais como Shell e Ipiranga.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Guedes: a entrega e a autonomia

O Ministro Paulo Guedes acha que em pouco tempo a sua gestão conseguiu vários avanços que não têm sido bem avaliados. Vitórias como a reforma da Previdência, a finalização do acordo Mercosul-União Europeia, a conclusão da difícil negociação que torna possível o leilão da cessão onerosa, a lei da liberdade econômica são vitórias que, na visão do ministro, derrubam na prática a tese de que a “entrega” estaria abaixo do previsto e do desejável. Mas há agora uma dúvida sobre o poder de decisão de Guedes na condução da política econômica.

O ministro é sempre cobrado pelo seu desempenho —aqui mesmo nesta coluna — e

uma das razões foi ter prometido vender estatais e imóveis públicos para zerar o déficit público. Hoje diz que isso são apenas “diretrizes” gerais que perseguirá no seu trabalho no Ministério. É público que durante a campanha ele disse que zeraria o déficit no primeiro ano, mas está previsto resultado negativo até para o último ano do governo, em 2022. Ele define assim as diretrizes: “zerar o déficit se possível e não aumentar impostos.”

Na lista das conquistas da sua administração, ele inclui pontos que não têm muita visibilidade, mas que podem fazer enorme diferença na vida do cidadão, como a “digitalização de 90 dos 97 serviços do INSS”. Diz que era “crueldade a prova de vida física”. Por enquanto, ainda está sendo exigida, mas quando isso realmente estiver em funcionamento será o fim de um tormento para os mais idosos e com dificuldades de locomoção.

Na visão de Paulo Guedes, a liberação de saques no FGTS tem um alcance muito maior do que parece. No governo petista foi criado o FI-FGTS, ou seja, com o dinheiro do trabalhador se construiu um fundo que emprestou para grandes empresas a custo baixo. O que houve no governo Temer foi um saque único, das contas inativas, uma renda transitória. Agora, a medida que comandou pode virar “renda permanente e consumo, uma espécie de 14º salário”.

Paulo Guedes lembra em conversa com seus interlocutores que o governo Temer, apesar de ter aprovado a emenda do teto e a reforma trabalhista, “não entregou o principal”, a reforma da Previdência, em tramitação agora no Senado. Além disso, Temer “comprou aceitação através de aumento de salário”. O governo anterior de fato deu reajuste aos funcionários em parcelas que chegaram até o primeiro ano da atual administração, apesar da grave crise econômica e da aprovação da emenda do teto. Guedes tem dito que o governo conseguiu a aprovação da reforma na Câmara mesmo não tendo base de sustentação.

Nas aparições públicas do ministro, ele tem feito declarações polêmicas que galvanizam a atenção, que acaba ficando longe da apresentação que ele tem feito do que a sua equipe “entregou” no curto período de menos de nove meses. E lembra que parte do tempo da equipe é gasto em desarmar bombas fiscais em negociações constantes com o Congresso, TCU e até o STF.

Em algumas áreas houve grandes avanços no governo Temer como a negociação do acordo do Mercosul com a União Europeia. Mas quem de fato removeu os últimos obstáculos foi o atual governo. O acordo quando for posto em prática significará um passo na abertura comercial. O risco é, como já disse aqui, que o acordo volte a ser travado pela crise ambiental e a maneira

desastrosa como o governo Bolsonaro entende a questão climática e ambiental. Não é uma briga com a França. É a economia. Ela tem novos paradigmas. A negociação entre a Petrobras e o Tesouro sobre a cessão onerosa também caminhou no governo passado, mas foi concluída na atual gestão e a expectativa é que o leilão das áreas excedentes atraia muito interesse, ainda mais agora com a crise da Arábia Saudita. O ministro não admite a crítica de que realizou pouco nesse período.

Há, contudo, outra dúvida surgindo sobre a real dimensão da autonomia de Paulo Guedes. Ele já teve que aceitar duas demissões que vieram diretamente do presidente Jair Bolsonaro: a do ex-presidente do BNDES Joaquim Levy e a do ex-secretário da Receita Marcos Cintra. Esta semana, Guedes definiu Cintra como “valente morto em combate” e defendeu a CPMF como sendo o caminho pelo qual se conseguiria reduzir alguns impostos e estimular a criação de emprego. Na campanha, Bolsonaro dizia que a economia estava totalmente delegada a Guedes. A prática comprova que sua autonomia encolheu.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Cartão Caminhoneiro atrai mil motoristas em 3 meses

Produto foi lançado em fase de testes pela BR em maio. Segundo executivo do setor, outras distribuidoras devem seguir modelo

O Cartão Caminhoneiro — lançado em fase de testes no fim de maio e citado pelo presidente Jair Bolsonaro na última segunda-feira como uma forma de garantir o preço do diesel num momento de oscilação no mercado — tem até agora mil caminhoneiros cadastrados. O número corresponde a 0,17% dos 600 mil profissionais que fazem parte da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam). Como a categoria é pulverizada, o número de motoristas pode ser ainda maior. Segundo a BR Distribuidora, o cartão está funcionando em sistema de soft opening. De acordo com a companhia, 300 postos já aderiram e são responsáveis por 50% do volume de diesel rodoviário comercializado pela empresa, dona de 7.797 postos.

Internamente, a BR comemora a adesão, pois outros mil caminhoneiros já fizeram o pré-cadastro no site criado pela companhia, segundo uma fonte. Segundo um executivo do setor, outras distribuidoras de combustíveis já estão

estudando a criação de um produto similar para funcionar em seus postos e, com isso, atrair a atenção dos caminhoneiros.

Na última segunda-feira, quando o petróleo disparou 14,61% ainda como reflexo ao ataque com drones a instalações da petrolífera Saudi Aramco, na Arábia Saudita, Bolsonaro classificou o evento como “atípico” e disse que o caminhoneiro, com o cartão, poderia “chegar no posto e comprar X litros de óleo diesel, e por 30 dias esse preço estará garantido para ele”.

‘CONDIÇÕES FINANCEIRAS’

Com o cartão, o caminhoneiro poderá transferir valores e fazer a conversão da quantia para litros de óleo diesel. Ele vai pagar a cotação do combustível do dia em que fez essa operação. Dessa forma, quando for abastecer, mesmo se houver reajuste, não será afetado. O crédito pode ser usado durante 30 dias. De modo geral, o preço tende a ser mais vantajoso

Nesta semana, a BR iniciou campanha publicitária do produto, da agência Heads, estrelada pelo ator Jackson Antunes, com peças em TV, rádio e internet.

— Um grande desafio para que esse sistema funcione é dar condições financeiras para que os caminhoneiros consigam abastecer enquanto o valor do diesel está baixo, e utilizar o crédito quando achar necessário pelo valor anterior ao aumento —disse José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam, que elogiou a ideia e disse que ela pode servir de incentivo para que outras distribuidoras lancem produtos similares.

Em maio do ano passado, os caminhoneiros fizeram uma greve contra a alta do diesel que causou uma crise de abastecimento no país. Neste ano, o governo decidiu suspender a tabela de fretes, mecanismo criado após a paralisação do ano passado, diante da insatisfação da categoria com os valores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: União calcula gasto de R\$ 855 bi caso novo Fundeb seja aprovado

Valor anularia economia com aprovação da reforma da Previdência, mas relatora prevê custo bem mais baixo, de R\$ 279 bilhões; texto prévio da proposta foi apresentado ontem na Câmara

O governo federal diz que pode ter uma despesa extra de R\$ 855 bilhões, em dez anos, com a proposta que muda o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), segundo cálculo divulgado pelo Ministério da Economia. O relatório prévio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata do assunto foi apresentado ontem em Comissão Especial da Câmara.

A equipe econômica se diz preocupada com o andamento do projeto, diante do potencial explosivo que a PEC teria para as contas públicas. O aumento de gastos previsto na PEC e calculado pelo governo poderia praticamente anular a economia que será obtida com a reforma da Previdência, de R\$ 876 bilhões, também em dez anos. A reforma será votada no Senado na próxima semana.

A relatora da PEC, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), rebate os números do governo e prevê um gasto bem menor, de R\$ 279 bilhões, de 2021 a 2031.

O texto prevê que a União deverá completar até 40% do Fundo. Atualmente, o governo federal complementa apenas 10% do Fundeb para ajudar estados que não alcançam o índice mínimo de investimento por aluno.

O fundo, cuja vigência acaba no fim do ano que vem, reúne impostos federais e estaduais. A partir desse montante, a União entra com a complementação, a ser distribuída a estados com menos recursos. Neste ano, o governo federal contribuirá com cerca de R\$ 14 bilhões.

‘DIFICULDADE DE COMPREENSÃO’

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e corresponde a 85% dos recursos utilizados para manter o gasto por aluno no país.

Os cálculos da área técnica do Ministério da Economia apontam para um aumento adicional nas despesas com o fundo de R\$ 469 bilhões entre 2021 e 2031. A esse valor seria somado o impacto da complementação de hoje, em R\$ 247 bilhões, no mesmo período.

Além disso, os cálculos do ministério já consideram o aumento da base do Fundo de Participação do Municípios e de royalties, também previstos na PEC. Essa mudança teria um impacto extra de R\$ 138 bilhões nas contas federais. No fim, a fatura para a União seria de R\$ 855 bilhões.

A proposta do Ministério da Educação (MEC) prevê a complementação máxima de 15% em cinco anos. Esse também é o valor defendido pelo Ministério da Economia.

A relatora rebateu estimativa do governo, apresentando simulações feitas pela Consultoria da Câmara. Segundo os dados mostrados pela deputada, o aporte

do governo federal teria incremento de R\$ 279,8 bilhões de 2021 a 2031, caso a proposta seja aprovada.

— Houve alguma dificuldade de registro, de compreensão, de calculadora, sei lá — afirmou a deputada.

O texto de Dorinha também vincula, na Constituição, a aplicação de 75% dos recursos de royalties do petróleo e outras explorações minerais na educação pública. Mas os cálculos da deputada não consideram a inclusão de receitas do petróleo. No entanto, o consultor Claudio Tanno afirma que a exclusão não impacta na projeção e ressalta que o aumento da produção também levará a aumento de arrecadação para o governo.

A PEC prevê ainda que uma parte do ICMS recolhido pelos estados seja distribuído aos municípios conforme indicadores de melhoria na aprendizagem, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

O deputado Bacelar (Podemos-BA) acusou a equipe econômica de fazer “terrorismo político” com projeções imprecisas.

—A gente quer tranquilizar a equipe econômica e pedir para que não enveredem pelo terrorismo político. Vamos conseguir uma proposta que seja a melhor para o Brasil.

O texto ainda está sob consulta. A deputada diz que deve ser apresentado em outubro.

MME / ASCOM .